

ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente: "Cezar Henrique" <cezar@contrel.com.br>
Para: "APPA EQUIPE DE PREGÃO" <pregaoeletronico@appa.pr.gov.br>
Data: 28/04/2025 13:59 (05 minutos atrás)
Assunto: Impugnação do Edital Nº 182 /2025
Anexos: CONTREL_Impugnação_Edital PE 182-2025 APPA_v2.pdf (237.44 KB)

Boa tarde Sr Pregoeiro,

Segue anexo nosso pedido de impugnação do edital 182/2025.

Desde já agradecemos e pedimos a confirmação de recebimento.

--

Att

Cezar Henrique

Contrel Construções Ltda

+55 (41) 99679-8850



À ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA

Ref.: Edital SAP nº 1000000182

Pregão Eletrônico nº 182/2025

OBJETO: “Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços sob demanda de manutenção preventiva, corretiva e emergencial no sistema de distribuição de energia da APPA com caminhão equipado com cesto acoplado pelo Sistema de Registro de Preços, conforme demanda, por um período de 12 (doze) meses, de acordo com as justificativas, quantidades estimadas e especificações técnicas descritas no Termo de Referência, edital e demais anexos”

CONTREL CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 78.366.275/0001-30, com sede na Rua Visconde de Abaeté, nº 391, Bairro Alto, CEP: 82.820-210 – Curitiba/PR, através de seu sócio administrador, Sr. Ênio Weis Naressi, comparece respeitosamente, com fundamento no *caput* do art. 164 da Lei n. 14.133/2021, e no item 6.1 do Edital em epígrafe, para apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, pelas razões de fato e de direito expostas a seguir.

I. TEMPESTIVIDADE

1. A tempestividade da presente Impugnação é comprovada, uma vez que, conforme dispõe o item 6.1 do Edital, qualquer pessoa é parte legítima para o impugnar, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame.

2. A Sessão Pública de abertura está agendada para a data de 13 de maio de 2025, às 09:30 horas.

3. Tem-se então que o referido prazo se finaliza apenas no dia 06 de maio de 2025, de modo que a Impugnação em apreço se mostra plenamente tempestiva.

II. RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

II.1. Uso indevido do Sistema de Registro de Preços - SRP

4. Consoante consta ao seu preâmbulo, a presente licitação se dará como registro de preços. No entanto, pelo contexto do Edital e seu termo de referência, não se está diante de hipótese que dê margem à utilização do Sistema de Registro de Preços.

5. O Sistema de Registro de Preços é procedimento auxiliar à licitação, apto a viabilizar múltiplas contratações, concomitantes ou sucessivas, sem a realização de um específico procedimento licitatório para cada uma delas. Normalmente é empregado para o caso de compras corriqueiras de determinados bens ou serviços, quando não é conhecida a quantidade que será necessária adquirir, ou ainda o momento em que a Administração demandará a solução contratada (gerando a necessidade de realizar contratações permanentes e/ou parceladas).

6. Nesse sentido, o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO já asseverou que *“A utilização do Sistema de Registro de Preços é adequada em situações em que a demanda é incerta, seja em relação a sua ocorrência, seja no que concerne à quantidade de bens a ser demandada”* (TCU, Acórdão nº 2.197/2015 – Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler, j. em 02/09/2015).

7. Veja-se então que a adoção do Sistema de Registro de Preços não depende apenas da discricionariedade da Administração Pública,

posto que o cabimento do instituto está atrelado à indefinição de quando e em quais quantidades a contratante demandará o objeto.

8. Descendo aos detalhes da descrição do objeto a ser contratado, em que pese a Administração não saber quando será necessário realizar intervenções na rede ou a qual a natureza dessas, sabe exatamente quando precisará de uma equipe técnica à disposição: todo dia.

9. Melhor dizendo, a leitura do ato convocatório em questão deixa claro que o futuro beneficiário da ata de registro de preços deverá deixar à disposição da Administração Pública contratante materiais e pessoal apto a os instalar, durante toda a vigência daquele vínculo, 24 horas por dia, 7 dias por semana:

10. Respeitosamente, se a APPA sabe de antemão que, a

Os materiais e serviços listados abaixo deverão estar disponíveis para a realização das requisições de serviço da CONTRATADA durante toda a execução do contrato, devendo estar disponíveis para aplicação em qualquer dia e horário.

despeito das demandas específicas por intervenções em sua rede, precisará de uma equipe e de materiais à sua disposição, ela não pode utilizar a ata de registro de preços.

11. Respeitosamente, essa impossibilidade se confirma a partir de outros 2 (dois) pontos de vista.

12. Por um lado, é preciso reconhecer que ao demandar a disponibilidade integral de pessoal, a APPA está, em verdade, realizando a contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do que estabelece o art. 6º, inc. XVI, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021.

13. Ocorre que sem emitir notas de empenho diariamente (o que não deve ocorrer), a APPA estaria demandando a dedicação exclusiva de mão de obra ofertada por particular sem a devida cobertura contratual, afrontando assim o art. 95, § 2º, da Lei nº 14.133//2021, e sujeitando a si própria ao risco de ser responsabilizada subsidiariamente por eventuais ônus trabalhistas, nos termos da Súmula nº 331 do TST.

14. Nesse sentido, destaque-se que, de acordo com o Tribunal de Contas da União, serviços frequentemente demandados, ou seja, de natureza

contínua e necessários ininterruptamente não se coadunam com a utilização do sistema de registro de preços:

A utilização do sistema de registro de preços para contratação imediata de serviços continuados e específicos, com quantitativos certos e determinados, sem que haja parcelamento de entregas do objeto, viola o art. 3º do Decreto 7.892/2013. (TCU, Acórdão 1604/2017 – Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo, j. 26/07/2017)

15. Além disso, é de se destacar que ao obrigar o particular a manter equipe e material à disposição todo o tempo, sem se comprometer a remunerar o particular por isso (já que os pagamentos estarão vinculados à emissão de notas de empenho, e, portanto, à existência de demanda por intervenções na rede) a APPA está ofendendo à proibição do enriquecimento sem causa, prevista no art. 884, do Código Civil.

16. Assim, medida que se impõe é a revisão deste procedimento licitatório, excluindo-se a utilização do Sistema de Registro de Preços e remodelando-se execução do objeto e sua correspondente remuneração, a fim de que as previsões se adequem ao real objetivo da Administração Pública, sem onerar desarrazoadamente o contratado.

III. REQUERIMENTOS

17. Diante do exposto, requer-se o recebimento da presente impugnação, com efeito suspensivo, a fim de:

- a) Declarar a nulidade do Edital em epígrafe, tendo em vista os vícios apontados;
- b) Subsidiariamente, retificar os pontos apontados, tais quais indicados neste documento;
- c) Em qualquer um dos casos, republicar novo Edital, conforme disposto no § 1º do art. 55 da Lei nº 14.133/2021.

Pede Deferimento,
Curitiba, 28 de abril de 2025.

CONTREL CONSTRUÇÕES LTDA